

DEPENDÊNCIAS E INSURGÊNCIAS

As novas geografias de governança urbana em Porto Alegre – RS/Brasil

DEPENDENCIES AND INSURGENCIES

The new urban governance geographies in Porto Alegre – RS/Brazil

A. Clarice Misoczky de Oliveira

PROPUR, Faculdade de Arquitetura; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil

clarice.oliveira@ufrgs.br

B. Laura Boeck Silva

Faculdade de Arquitetura; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil

lauboeck@gmail.com

RESUMO

O campo dos estudos urbanos é atualmente confrontado por significativos desafios epistemológicos e metodológicos, uma vez que os paradigmas estabelecidos parecem cada vez mais limitados na sua capacidade de iluminar as mudanças urbanas contemporâneas. Diante deste novo cenário que se coloca, o objetivo deste artigo, portanto, é identificar as dependências e insurgências da sociedade civil organizada e/ou mobilizada e seu rebatimento no planejamento urbano. A estratégia de pesquisa se dá através de estudo de caso único a partir da cidade de Porto Alegre (RS), baseada na metodologia da Teoria da Produção Social (TPS), definida por Carlos Matus (2005). A partir de uma discussão conceitual acerca de Planejamento Dependente e Insurgente, explora a hipótese de que existe uma tendência à perda da centralidade do planejamento urbano tradicional.

Palavras-chave: planejamento insurgente; planejamento dependente; planejamento urbano; teoria da produção social,

Linha de Investigação: 3. Dinâmicas Urbanas.

Tópico: Urbanismo Insurgente e Coletivos Urbanos

ABSTRACT

The field of urban studies is currently confronted by significant epistemological and methodological challenges, since the established paradigms seem increasingly limited in their ability to illuminate contemporary urban changes. Faced with this new scenario, the objective of this article, therefore, is to identify the dependencies and insurgencies of organized and/or mobilized civil society and their impact on urban planning. The research strategy takes place through a single case study from the city of Porto Alegre (RS), based on the Social Production Theory (SPT) methodology, defined by Carlos Matus (2005). Based on a conceptual discussion about Dependent and Insurgent Planning, it explores the hypothesis that there is a tendency to lose the centrality of traditional urban planning.

Keywords: insurgent planning; dependent planning; urban planning; social production theory.

Research line: 3. Urban Dynamics

Topic: Insurgent urbanism and urban collectives

Introdução

O campo dos estudos urbanos é atualmente confrontado por significativos desafios epistemológicos e metodológicos, uma vez que os paradigmas estabelecidos parecem cada vez mais limitados na sua capacidade de iluminar as mudanças urbanas contemporâneas (Brenner, Madden E Wachsmuth, 2012).

Brenner e Schmid (2015), ao considerarem as transformações recentes na produção das cidades, indicam alguns padrões de urbanização que vêm se proliferando e aprofundando desde os anos 2000. O padrão que trata das novas geografias de governança é de especial interesse para este artigo. Em específico, as que se relacionam com: (a) a construção de novas formas de relações de *networking* e políticas de transferência interlocais para difundir as “boas práticas” em resposta a crises sociais, ambientais e econômicas; e (b) a explosão em curso de lutas urbanas para o acesso a questões básicas da vida urbana como habitação, saúde, saneamento, transporte. Nesta pesquisa, vamos trabalhar com a noção de Planejamento Dependente e Planejamento Insurgente para ambas as situações, respetivamente.

Diante do cenário que se coloca, o objetivo deste artigo é identificar as dependências e insurgências da sociedade civil organizada e/ou mobilizada e seu rebatimento no planejamento urbano. Os objetivos específicos são: identificar os atores (coletivos movimentos sociais, entidades etc); identificar as ações relacionadas à transformação do espaço urbano; compreender os impactos dessas ações na atuação do estado; analisar possível transformação de regras do planejamento urbano.

A pesquisa é baseada na metodologia da Teoria da Produção Social (TPS), definida por Carlos Matus (2005). A estratégia de pesquisa é de estudo de caso único, a partir da cidade de Porto Alegre (RS). A escolha se justifica pela precursora história de cidade no âmbito da participação social, através da experiência do Orçamento Participativo (OP). Mas sobretudo, na recente guinada para práticas relacionadas às cidades inteligentes e criativas, empreendedorismo urbano e inovação, impulsionada pela realização do Megaevento Copa do Mundo 2014. Por tal motivo, o recorte temporal da pesquisa é de 2015 até 2020.

A pesquisa explora a hipótese de que existe uma tendência à perda da centralidade do planejamento urbano tradicional. As múltiplas ações pela sociedade civil organizada e/ou mobilizada na produção social do espaço urbano expressam a desestruturação e perda de relevância das práticas de planejamento urbano com efeitos adversos para a vida cotidiana nas cidades.

1. Planejamento urbano tradicional, dependências e insurgências

Como sugere Ingallina (2001), os conceitos são como expressões-ônibus, pois carregam consigo uma variedade de significados. Por vezes, esta variedade se dá por traduções e adequações a realidades diversas àquelas originárias do conceito. Este é o exemplo da confusão acerca dos termos urbanismo e planejamento urbano.

Rovati (2013: 34) sugere que no Brasil o termo ganhou um significado diferente, ainda que não se tenha abandonado a herança da tradução do conceito francês *urbanism*, como sinônimo de planejamento urbano.

Para o autor, a distinção reside na possibilidade de utilizar o termo urbanismo para se referir a “um processo social relativo à constituição edilícia da cidade”, enquanto que o termo planeamento urbano se refere a “um processo relacionado ao funcionamento e à transformação da organização social urbana”. Ou seja, o urbanismo se relaciona com a demanda de um projeto arquitetônico-urbanístico, enquanto que o planeamento urbano com a elaboração de planos, programas e projetos. Assim sendo, aqui adota-se o termo planeamento urbano, que por sua vez vem sofrendo transformações profundas na teoria e na prática desde a década de 1970, por ocasião da ascensão do neoliberalismo e da implementação do estado mínimo.

Nos anos 1960, é possível identificar diferentes críticas ao planeamento para abrir alternativas à cultura tecnocrática estabelecida (Lefebvre, 2001; Davidoff, 2016; Jacobs, 2007, entre outros). O planeamento, desde sua origem até então, incentivava uma visão totalitária e racionalista da cidade. Para os modernistas, a arquitetura e o ambiente construído podiam moldar a sociedade; no entanto, a sociedade não era capaz de participar ou propor como esse ambiente deveria ser. Portanto, o planeamento urbano modernista recusa a noção de conflito, contradição e participação social e cidadã. Pode-se denominar este planeamento racionalista e tecnocrático de um **Planeamento Urbano Tradicional (PUT)**, no qual técnicos e chefes de estado decidiam os rumos da cidade em salas fechadas, debruçados sobre mapas e plantas aéreas das cidades, sem a devida participação da sociedade, principalmente no período keynesiano. Tradicionalmente, é um planeamento que compreende a cidade de maneira sistêmica e atua através de planos regulatórios e políticas públicas, sempre elaborados, geridos e avaliados pelo Estado. De modo comum, os projetos e planos eram encomendados por homens em posições de comando e projetados/planejados por homens, resultando na formação de cidades a partir da ótica do homem universal, excludente da apropriação feminina no espaço urbano. Visão que permanece até os dias de hoje.

O Planeamento Urbano Participativo (PUP) aparece como uma alternativa. No entanto, Arnstein (1969) problematiza as diferentes possibilidades e graus de participação. Segundo a autora, a participação deriva de um grau mais elevado (autogestão, delegação de poder e parceria); passando pela pseudoparticipação (cooptação, consulta e informação); até a não participação (manipulação e coerção). No entanto, a escala de participação proposta independe da orientação ideológica do planeamento. Esta afirmação pressupõe a noção de que a técnica não é neutra e, quando assim evocada, se alinha a uma posição hegemônica, nas últimas décadas de cunho neoliberal. Arnstein (1969) também não chega a problematizar a relação com o Estado; ainda que a autogestão seja um dos níveis explorados, esta pode se manifestar de forma dependente do Estado.

A crise do PUT desvela a disputa em torno do tema que se torna evidente pelo surgimento de uma pletora de teorias e práticas alternativas (hegemônicas, ou, contra-hegemônicas). Afinal, como afirma Matus (1996), planejar significa criar possibilidades para o futuro, algo que não se pode abrir mão. Matus expressa esta compreensão do planeamento, em entrevista concedida a Huertas (1996), como

uma ferramenta de liberdade. Ganho liberdade à medida que penso e enumero possibilidades futuras, porque me liberto da cegueira ou da prisão de não saber que posso escolher, ou, pelo menos, tentar escolher. Em contrapartida, se estiver inconscientemente dominado pela única possibilidade que hoje o presente permite-me ver – que me parece óbvia -, este caminho passará a ser o único possível e imaginável. No primeiro caso sou capaz de criar meu futuro; no segundo, aceito com resignação e passividade o que o destino me oferecer.

Desde uma orientação hegemônica e, portanto, neoliberal, reside a noção de **Planeamento Dependente (PD)**, sendo aquele que se vincula a um projeto de ascensão e desenvolvimento econômico de alguma forma dependente do Estado, do setor privado, e/ou de agências internacionais de desenvolvimento (via financiamentos, consultorias e difusão de “boas práticas” socioambientais). Destacam-se como ideários do Planeamento Dependente: marketing urbano (Kotler et al, 1994), classe criativa (Florida, 2005) e cidades criativas (Laundry, 2013), cidades inteligentes (Townsend, 2013), empreendedorismo urbano (Harvey, 2006), inovação (Schumpeter, 2003), entre outros. O Planeamento Dependente incorpora as diferentes formas de planeamento tais como, o mercadófilo (Souza, 2010), o estratégico urbano (Novais, 2010), o urbanismo às avessas (Ferreira, 2010); e, também, os que se apresentam como uma alternativa, mas recaem facilmente sob o manto do neoliberalismo, tornando-se instrumentais ao capitalismo, como o urbanismo tático (Brenner, 2018) e o comunicativo/colaborativo (Healey, 1997), apresentados no Quadro 1.

Por outro lado, explora-se a possibilidade de um **Planeamento Insurgente (PI)**, associado às lutas urbanas e atuação por fora do Estado, ainda que de modo a pressioná-lo, sempre que necessário. Entende-se o conceito insurgente a partir da noção elaborada por Holston (1999), Miraftab (2016) e Sandercock (2013). Para Holston (1999), insurgente é aquele que se coloca em ação externa ao estado. Para o autor, há a necessidade de ação de um contra-agente, que atua em oposição ao estado, como um agente que promova a transformação urbana.

Essas formas insurgentes são encontradas tanto nas mobilizações de base organizadas quanto nas práticas cotidianas que, de diferentes maneiras, fortalecem, parodiam, descarrilam ou subvertem as agendas dos estados. Estas são encontradas, em outras palavras, em lutas sobre o que significa ser um membro do estado moderno - e é por isso que me refiro a estas com o termo cidadania. Ser membro do estado nunca foi uma identidade estática, dada a dinâmica das migrações globais e das ambições nacionais. A cidadania muda à medida que novos membros emergem para avançar em suas reivindicações, expandindo seu domínio e à medida que novas formas de segregação e violência combatem esses avanços, desgastando-os. Os locais de cidadania insurgente são encontrados na interseção desses processos de expansão e erosão (Holston, 1999: 167).

Com base na teoria de Holston apresentada acima, Miraftab (2016: 480) desenvolve a teoria do planeamento insurgente que abrange as “práticas de planeamento radicais que respondem a especificidades neoliberais de dominância através da inclusão”, de um ponto de vista histórico do sul global contextualizado no capitalismo neoliberal. Miraftab (2016: 480) propõe repensar a participação sob governança neoliberal que se baseia essencialmente na “legitimação e na percepção de inclusão dos cidadãos para alcançar o poder hegemônico”. Segundo a autora, o planeamento insurgente/radical vai além dos limites estabelecidos por planejadores profissionalmente treinados, para serem intrinsecamente incorporados às práticas cotidianas de cidadania de contestação da dominação neoliberal.

As práticas de planeamento insurgente são caracterizadas como contra hegemônicas, transgressivas e imaginativas. São contra hegemônicas, pois desestabilizam a ordem normalizada das coisas; transgridem tempo e espaço, localizando a memória histórica e a consciência transnacional no centro de suas práticas. São criativas em promover o conceito de um mundo diferente como sendo, diz Walter Rodney, tanto possível quanto necessário (Miraftab, 2016: 481).

Miraftab (2016 [2009]: 489) também enfatiza que o planejamento insurgente pode ser uma contradição em termos. A autora explica que pode ser se for “enquadrado em termos de relevância para o planejamento, não para o planejador. Refere-se a um conjunto de práticas, não a um tipo específico de ator (planejador insurgente)”.

Uma variedade de atores pode participar de práticas de planejamento insurgente: ativistas comunitários, mães, planejadores profissionais, professores de escolas, vereadores, desempregados, residentes aposentados etc., que visam perturbar as relações dominadoras dos opressores com os oprimidos e desestabilizar esse *status quo* através da consciência do passado e da imaginação de um futuro alternativo (Miraftab, 2016 [2009]: 492).

Portanto, o Planejamento Insurgente envolve a prática em espaços convidados. Segundo Miraftab (2016 [2009]: 486), “espaços convidados são definidos como aquelas ações de base e suas organizações não-governamentais aliadas que são legitimadas por doadores e intervenções governamentais e visam lidar com sistemas de dificuldades” e “espaços inventados são definidos como aquelas ações coletivas dos pobres que confrontam diretamente as autoridades e desafiam o *status quo*”. Miraftab (2016 [2009]: 487) argumenta que “os dois tipos de espaços se mantêm em uma relação de interação mutuamente constituída, não binária. Eles não são mutuamente exclusivos, nem necessariamente são afiliados a um conjunto fixo de indivíduos ou grupos ou a um tipo particular de sociedade civil”.

Marketing Urbano (Kotler et all, 1994: 107)	Processo de integração entre as vantagens competitivas de um local e os objetivos gerais do desenvolvimento econômico. Se vale de estratégias de intervenção no espaço urbano com a finalidade de preparar “o cenário para esforços geralmente mais arriscados e oportunistas, para competir por vantagens econômicas”, sendo estas: 1) <i>design</i> urbano; 2) melhoria da infraestrutura; 3) serviços básicos como segurança e educação; e 4) atrações.
Cidades Criativas (Laundry, 2013)	A cidade tem papel central para abrigar os recursos imprescindíveis para a reestruturação econômica: pessoas capacitadas com alto nível de instrução associadas a práticas de economia criativa.
Classe Criativa (Florida, 2005)	A geração de capital e crescimento econômico se dá via a classe criativa que é composta por profissionais associados à pesquisa, artes, tecnologia, design, arquitetura, serviços financeiros, saúde, direito e administração de empresas etc. Além de serem pessoas de alto nível de instrução, tem como característica a iniciativa de pensar por si próprias e de criar soluções a partir da combinação de abordagens tradicionais com formas inovadoras.
Cidades Inteligentes (Townsend, 2013)	Cidades que fazem do uso da tecnologia e da inovação para a criação de novos mercados, novos produtos, e novas formas de se relacionar com o espaço urbano.
Empreendedorismo Urbano (Harvey, 2006: 172)	Se baseia na parceria público-privada com enfoque em “investimento e desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições num território específico, como seu objetivo econômico imediato (ainda que não exclusivo)”.
Inovação (Schumpeter, 2003)	Em períodos de crise econômica a inovação aparece vinculada à destruição-criativa operando na transformação de meios de produção e consumo.
Planejamento Mercadofilo (Souza, 2010, Brindley; Rydin, Stoker, 2004)	Orientado para o mercado, a participação popular tende a ser pequena. Baseado nas definições de planejamento de tendência (reorientação do planejamento regulatório de interesse público para o privado; planejamento de facilitação (atua de maneira fortemente intervencionista para subsidiar o desenvolvimento do setor privado, associado à flexibilização empreendedorismo); planejamento de administração privada (o setor público transfere ao setor privado a gestão de processos de renovação urbana de áreas específicas).
Planejamento Estratégico (Novais, 2010),	inversão simbólica decorrente da transposição de um modelo de administração de negócios do setor privado para a esfera pública associa-se à ideia de gestão de guerra e se baseia em análises do meio ambiente interno e externo, levando em consideração a lógica concorrencial .
Urbanismo Às Avessas (Ferreira, 2010)	Fenômeno em que a prática do planejamento urbano, guiado por uma direção moral comprometida com a democracia e a qualidade de vida da população, se viabiliza desde que não questione a exploração capitalista. Como por exemplo, o Programa Habitacional Minha Cada Minha Vida.
Planejamento Comunicativo/ Colaborativo (Healey, 1997)	Baseado em Habermas (1981) planejamento comunicativo, busca na verdade o consenso que pode ser liderado pelas classes dominantes.
Urbanismo Tático (Brenner, 2018)	Surge em um contexto de crise de governança urbana. É mobilizado de baixo para cima e envolve projetos urbanos emergentes, efêmeros, experimentais, ainda assim pode haver a presença do estado e do setor privado. Tem a característica da pequena escala em termos espaciais e temporais. Se contrapõe ao grandes planos ou grandes projetos urbanos. Se relaciona com a lógica faça-você-mesmo e, geralmente, “é apresentado como um modelo de ação de ‘fonte aberta’ e como uma forma de ‘reapropriação’ do espaço urbano por seus usuários” como uma resposta aos problemas urbanos que as instituições de planejamento não conseguiram resolver.

Quadro 1 – Referencial teórico associado ao Planejamento Dependente.

Por fim, Sandercock (2013) apresenta uma visão culturalista do Planejamento Insurgente, apontando para a necessidade de um planejamento que evidencie questões de raça, etnia e gênero para além da clássica visão do Planejamento Urbano Tradicional que aborda, exclusivamente, a questão de classe. Sandercock (2013) aponta para a necessidade de um planejamento feminista, por exemplo, uma vez que abordagens neutras no que tange a questão de gênero assumem o posicionamento de uma cidade ao tornar um lugar melhor para viver, o fenômeno se dá de forma igualitária para homens e mulheres. Novas abordagens que insurgem da opressão de classe, raça, gênero e etnia, tensiona esta neutralidade e demonstram que os efeitos no território são adversos para diferentes grupos.

Compreende-se, portanto, Planejamento Insurgente como a prática que se vincula à elaboração de contrapropostas, contra-ações, contraplanos e contraprojetos para o futuro que se relacionem com as lutas urbanas e o Direito à Cidade, a fim de evidenciar questões de classe, raça, etnia e gênero, desde uma posição contra-hegemônica, no qual os atores atuam por fora do Estado, mas com uma perspectiva de pressão sob o mesmo.

Uma vez elaborado o marco teórico – Planejamento Urbano Tradicional, Planejamento Dependente e Planejamento Insurgente –, na parte que segue são apresentados os resultados da pesquisa a partir do caso de Porto Alegre – RS.

2. Metodologia e procedimentos metodológicos

A metodologia baseia-se na Teoria da Produção Social (TPS) definida por Carlos Matus (2005). Para o autor, o processo de produção social se realiza por diferentes atores em suas relações de produção, no qual os graus de liberdade e igualdade são definidos pelas regras de um jogo de produção social. Os elementos constituintes do jogo da produção social são: atores, produtos-fluxos, produtos-acumulações e regras, conforme gráfico abaixo.

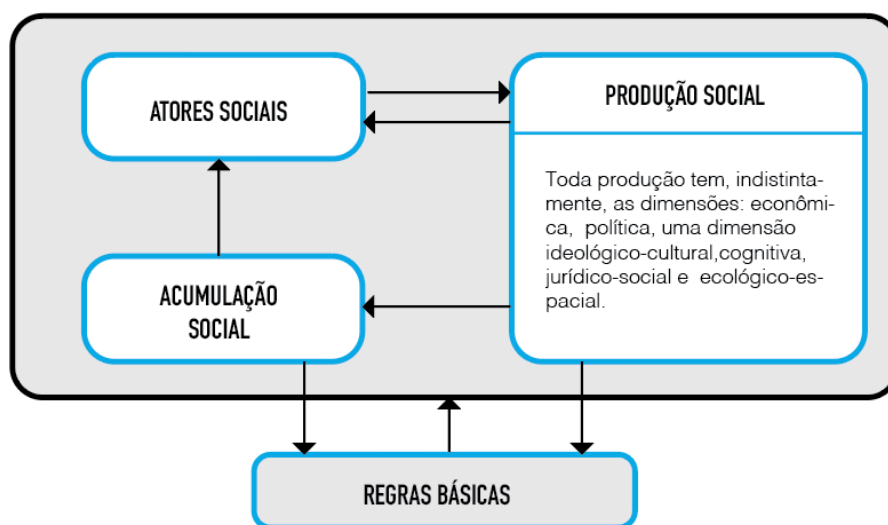


Gráfico 1 – Teoria da Produção Social. Fonte: Adaptado de Matus (1993:110).

A coleta de dados foi realizada a partir de observação participante em eventos, reuniões etc. e busca em documentos oficiais, manifestos, matérias de jornal, publicações em redes sociais, blogs e sites oficiais (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Câmara de Vereadores, Ministério Público) etc. Os dados foram sistematizados em uma matriz, explorando os seguintes aspectos: identificação dos atores (coletivo, movimento social, entidade...), contexto (hegemônico, ou, contra-hegemônico), tipo de atuação, relação com o Estado, formas de sustentação financeira, suas ações, objetivos, interferência no espaço urbano, temporalidade dos coletivos e as acumulações no tempo-espaço. Uma leitura sistematizada, de acordo com a TPS, é apresentada abaixo como resultado da pesquisa.

3. As novas geografias de governança em Porto Alegre - RS

A pesquisa em atual produção aponta para um mapeamento dos atores sociais. Categorizados inicialmente entre sociedade civil organizada e mobilizada foram identificados no total 23 atores que atuam incidindo sob a pauta urbana. Diferentes escalas de atuação foram identificadas entre os movimentos, coletivos, ONGs, associações, entre outros. Destaca-se, sobretudo, a escala de atuação local e nacional. Poucos atores vinculados à escala internacional de modo direto foram identificados.

Os resultados são apresentados nas tabelas e gráficos a seguir. A Tabela 1 aborda uma geografia de governança associada ao Planejamento Dependente (PD), e o Gráfico 2 a sua temporalidade. Para estes atores, as três escalas (local, nacional e internacional) foram identificadas. Isto significa que, embora atuem sobre a escala local, operam em redes de outros níveis, seja por: financiamentos de projetos via agências internacionais como Banco Mundial, ONU (Organização das Nações Unidas) ou BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), ou por ser o escritório local de ONGs nacionais e internacionais.

ATORES		REGRA: PLANEJAMENTO DEPENDENTE			
NOME	IDENTIFICAÇÃO/ CATEGORIA/ NÍVEL	PRODUTOS-FLUXOS		PRODUTOS - ACUMULAÇÕES	
		AÇÕES	OBJETIVOS		
1	PoA Inquieta	Coletivo/ Mobilizada/ Local	Rodas de discussão e criação de projetos em spins de diferentes temas como: sustentabilidade, economia criativa, mobilidade urbana, turismo, gastronomia, entre outros.	Transformar positivamente a cidade	Interface direta com secretários, técnicos e cargos comissionados da Prefeitura
2	Translab.urb	Coletivo/ Organizada/ Internacional	Vaga-Viva Vídeo denúncia Cais do Porto Microescola Urbana Jane's Walk Porto Alegre CineDebate	Co-criar cidades através de abordagens oriundas do Urbanismo Tático, Placemaking, Urbanismo Hacker, Sociologia, Psicologia Social, Pedagogia, Etnografias, Cartografias, e Mapeamentos.	Mapeamentos colaborativos, intervenções via Urbanismo Tático,
3	CITE	Grupo de Empresários/ Mobilizada/ Local	Viagem com comitiva da Prefeitura para o Vale do Silício (2013) Mobilização de agentes do Estado com o setor privado para impulsionar o projeto Porto Alegre 4D	"Discutir ideias e possíveis intervenções na Cidade que possam acelerar mudanças pró empreendedorismo transformador, negócios de impacto e, sobretudo, que elevem o acesso a oportunidades para as gerações que estão chegando"	Elaboração de projetos em parceria com o setor público com a nova zona de inovação tecnologia Porto Alegre 4D na antiga zona industrial da Cidade Colaboração em projetos desenvolvidos pelo PACTO ALEGRE
4	WRI	ONG/ Organizada/ Internacional	Ruas Completas Formulação de Guias para elaboração de planos diretores e planos de mobilidade urbana	Promover em conjunto com a sociedade e proteção do meio ambiente	Consultoria para a Prefeitura na Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Implementação da Rua Completa no Bairro Cidade Baixa em parceria com a Prefeitura
5	Pacto Alegre	Convênio/ Organizada/ Local	Marca de PoA Open City Poa 2020 Licenciamento Expresso Living Lab Hands On 4D	Criar condições para que a cidade se transforme em um polo de inovação, atração de investimentos e empreendedorismo	Desenvolvimento e implementação de projetos vinculados a imagem da cidade e ao desenvolvimento tecnológico através de parcerias em Prefeitura, setor privado e Universidades
6	ZISPOA/ GDU	ONG/ Organizada/ Internacional	ONU-Habitat Urban Thinkers Campuses POA PoA Solar ZUNI – ZisPoa nas Universidades Lixo Zero Ambiente amigável aos Negócios	Implementar a Estratégia Econômica Leapfrog, tornar o lugar mais sustentável e inovador da América Latina até 2030.	Promoção de práticas neoliberais associada ao empreendedorismo e inovação a partir dos mais jovens. A Leapfrog foi elaborada pela Global Urban Development (ONG) contratada pelo Estado com recursos do Banco Mundial.

Tabela 1 – Planejamento Dependente, diferentes escalas. Fonte: Elaboração própria.

Legenda: 1) Ver mais em: <https://poainquieta.com.br/coletivo/> 2) Ver mais em: <https://translaburb.cc/> 3) Ver mais em: <https://www.facebook.com/Porto-Alegre-CITE-318089171638390/> 4) World Resources Institute. Ver mais em: <https://wribrasil.org.br/pt> 5) Ver mais em: <https://pactoalegre.poa.br/o-que-e> 6) Zona de Inovação Sustentável de Porto Alegre/ Global Urban Development. Ver mais em: <https://www.zispoa.info/>

Dentre os seis atores vinculados ao Planejamento Dependente, os que mais tem interface com a Prefeitura são PoA Inquieta e PACTO ALEGRE. Ambos elaboram projetos/ações nos quais o setor privado é um parceiro desejável. O primeiro, de uma maneira aparentemente mais orgânica e vinculada à população em geral. Para se tornar um Inquieto, basta solicitar a entrada no grupo de Whatsapp do *spin* desejado. Os grupos são formados por certa pluralidade de orientação político-ideológica, mas a maioria tem em comum o ideário do empreendedorismo e da inovação, ainda que ligados às causas mais sociais. No entanto, o recorte de classe é bastante forte, sendo a presença de classes sociais menos favorecidas limitada.

Já o PACTO ALEGRE tem uma orientação ideológica bem definida, totalmente vinculada a criação de um ambiente de negócios em parceria com o setor privado e a Prefeitura, que atualmente extinguiu fundos como o de habitação para criar um fundo de investimento em incubadoras de desenvolvimento tecnológico. O PACTO carrega consigo o nome das três maiores Universidades do Estado: PUC, UNISSINOS e UFRGS. Nos eventos, fica clara a perspectiva de que o PACTO é aberto a todos aqueles que estejam de acordo com o seu ideário. Não há espaço para o dissenso. Ainda que muitos dos projetos sejam relacionados com o espaço urbano, o Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS não foi convidado a integrar o PACTO, por exemplo.

O Translab.urb, ainda que mantenha relação com agências internacionais e trabalhe sob o ideário de cocriação, urbanismo tático e planejamento colaborativo, atua também em parceria com atores e insurgências identificados nas tabelas 2 e 3. Pode-se afirmar que este é um ator que transita entre o Planejamento Dependente e o Insurgente. Os demais atores identificados na Tabela 1 tem suas ações vinculadas totalmente a práticas hegemônicas. Destes, destacam-se WRI e ZISPOA, vinculados ao ideário da sustentabilidade ambiental caracterizado por “boas práticas”.

No que diz respeito à temporalidade, todos os atores estão em ação até o momento, sendo o Grupo CITE (representado pela sigla PD3), atuante desde 2012. Os demais foram aparecendo no cenário de Porto Alegre a partir de 2014.

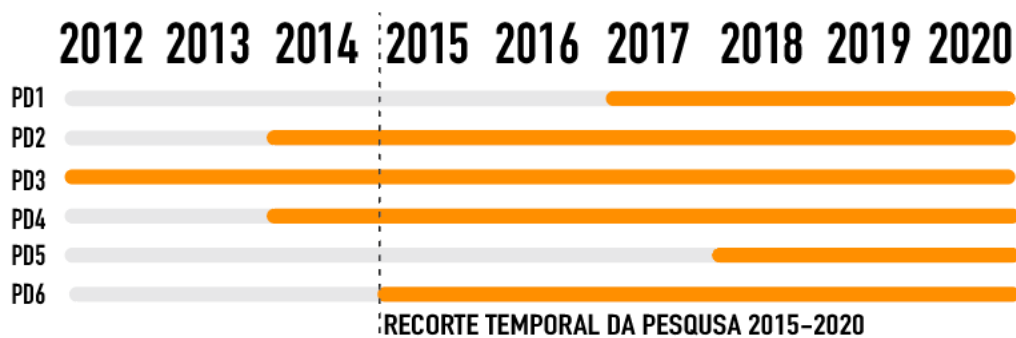


Gráfico 2 – Escala temporal do surgimento de desaparecimento de atores associados ao Planejamento Dependente (PD). Fonte: Elaboração própria.

Já as Tabelas 2 e 3 abordaram a geografia de governança vinculada às lutas urbanas e, portanto, às regras do Planejamento Insurgente.

ATORES		REGRA: PLANEJAMENTO INSURGENTE			
NÍVEL LOCAL		PRODUTOS-FLUXOS			PRODUTOS - ACUMULAÇÕES
NOME	IDENTIFICAÇÃO/ CATEGORIA	AÇÕES	OBJETIVOS	PRODUTOS - ACUMULAÇÕES	
1	CCQQ	Coletivo/ Mobilizada	1º Conferência Popular da Cidade (2016) Eleições CMDUA - Mobilização e disputa (2018) Revisão do Plano Diretor (2020)	Luta pelo direito à cidade, com enfoque na gestão democrática da cidade e controle social; na sustentabilidade que queremos; nos usos dos espaços públicos; na função social da cidade e da propriedade; a mobilidade e no transporte público.	Encontro de diferentes setores para atuação em conjunta, resultando em pressão sob o setor público a partir de participações em audiências públicas, difusão das causas com sociedade, conquista de representante no Conselho do Plano Diretor
2	Turba	Coletivo/ Mobilizada	Cinema de rua Mapeamento de Logradouros com nomes femininos ENTRETURBA: Conversas sobre mulheres e cidade Aplicação de lambes com relatos de mulheres sobre assédio na cidade	Ativismo urbano a partir da criação de informação e promoção debates sobre rua e pessoas. cidades inclusivas, feminismo	Valorização do espaço público, geração de uma consciência do lugar das mulheres na cidade e possibilidades de transformação desta condição
3	CAC	Coletivo/ Mobilizada	Campanha Preserva Arado Educação Ambiental Pesquisa da Orla do Guaíba Revisão do Plano Diretor Defesa da Vila Boa Esperança	Ativismo ambiental via a valorização do conhecimento técnico-crítico-político.	Preservação da Fazenda do Arado Velho Delegados eleitos no CMDUA Regularização Fundiária
4	Coletivo Arruaça	Coletivo/ Mobilizada	Ocupação do espaço urbano para festas de rua efêmeras, eventualmente vinculadas à debates políticos.	Promover ocupação dos espaços públicos e da segurança urbana à noite. Criar uma alternativa à cena cultural/casas noturnas na cidade	Valorização dos espaços públicos noturnos. Segurança urbana noturna em locais pouco ocupados por pessoas à noite (área central da cidade)
5	AHCCH	Associação/ Organizada	Hortas Comunitárias	Produção local e orgânica de alimentos, ponto de convivência da cidade, transformar terrenos abandonados e áreas de patrimônio degradadas.	Incidência sobre a vida de bairro e o sentimento de comunidade entre aqueles interessados na segurança alimentar, consumo e produção de produtos orgânicos e cultura local. Nenhuma incidência sobre o poder público
6	AMACAIS	Associação/ Organizada	Mobilização em defesa do Cais Mauá através de denúncias sobre irregularidades através de ação civil pública, debates, filme e música, festas e encontros na área do Cais do Porto	Defender o espaço público do Cais do Porto, seu entorno imediato e o patrimônio histórico das transformações propostas por Grande Projeto Urbano via PPP	Em 2019, o governador cancelou o contrato com a Consórcio responsável pelo empreendimento, seguindo recomendação da Procuradoria-Geral do Estado (PGE)
7	Atua POA	Coletivo/ Mobilizada	Ações em espaços públicos para debater a revisão do Plano Diretor Lançamento de Manifesto Apoio à regularização fundiária da Vila Mato Sampaio Atividade de Convergências do Fórum de Resistências	Enfrentar de forma articulada o processo de revisão do Plano Diretor de Porto Alegre (2020)	Mobilização de 80 entidades, associações, ONGs, Laboratórios de Pesquisa e sindicatos Assento na mesa de negociação entre sociedade civil e Prefeitura, promovida pelo Ministério Público
8	Mobicidade	Associação/ Organizada	Pesquisa sobre perfil do ciclista Termo de compromisso de candidatos com a construção de ciclovias Dia Mundial sem carro Debate sobre o Plano Diretor Ciclovário Mais Bicletários	Luta por uma vida mais uma na cidade com foco sobre a formulação de políticas públicas	Participação no Plano Diretor de Mobilidade Urbana Desenvolvimento de uma cultura de mobilidade ativa Proposta de ruas de pedestres no Centro de Porto Alegre e de ciclovias mais seguras Interação com o legislativo e o executivo
9	Ksa Rosa	Coletivo/ Mobilizada	Cafés sociais para moradores de rua Sessão de cinema para crianças da Vila dos Papeleiros Fórum dos Catadores Reuniões da Região de Planejamento 1	Centro de Cultural de Educação Popular e Reciclagem de resíduos sólidos	Reorganização social e produtiva de moradores de rua, imigrantes e da população que vive da reciclagem de lixo

Tabela 2 – Planeamento Insurgente, escala local (PIL). Fonte: Elaboração própria.

Legenda: 1) Coletivo a Cidade Que Queremos. Ver mais em: <https://coletivocidadequequeremos.wordpress.com/objetivos-do-coletivo/>; 2) Ver mais em: <https://www.instagram.com/t.urb.a/>; 3) Coletivo Ambiente Crítico. Ver mais em: <https://www.facebook.com/ColetivoAmbienteCritico/>; 4) Ver mais em: <https://www.instagram.com/coletivoarruaca/>; 5) Associação das Hortas Coletivos do Centro Histórico. Ver mais em <https://www.facebook.com/hortascoletivasch/>; 6) Associação Amigos do Cais do Porto. Ver mais em: <https://amacais.wordpress.com/>; 7) Ver mais em: <https://www.facebook.com/atuapoa/>; 8) Associação Pela Mobilidade Urbana em Bicicleta. Ver mais em: <https://www.mobicidade.org/sobre/>; 9) Ver mais em: <https://www.facebook.com/www.reciclagemksarosa/>.

Na Tabela 2 são explicitados os atores que surgiram e atuam no nível local; no Gráfico 3, a sua temporalidade. Muitos deles se destacam pela forma autónoma de organização e com produtos-fluxos-acumulações que se dedicam à valorização dos espaços públicos e à segurança urbana; outros se vinculam à proteção do meio ambiente, a oposição de Grandes Projetos Urbanos (GPUs) e da apropriação do setor privado e da construção civil na Orla do Guaíba.

Mais recentemente, por ocasião da revisão do Plano Diretor, muitos setores da sociedade civil organizada/mobilizada tem se organizado em torno desta pauta. O Plano Diretor deve ser revisado a cada 10 anos, segundo o Estatuto da Cidade. A data limite para a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) é 2020 e deve ser, conforme a Lei, realizado com a ampla participação da sociedade. No entanto, até o início de 2020, muito pouco foi discutido. Esta paralisia, ou projeto do poder público, gerou uma ampla mobilização da sociedade em nível local. Mais recentemente, por ocasião da pandemia causada pelo novo coronavírus, o Ministério Público (provocado pelo Atua Poa e outras entidades) suspendeu temporariamente o processo de revisão, uma vez que ele deve acontecer de modo participativo.

No que diz respeito à temporalidade, o mais antigo dos atores é o Mobicidade (PIL8), surgido em 2012, e com atuação desmobilizada a partir de 2018. O CCQQ (PIL1), formado em 2015, também apresenta baixa mobilização a partir do ano de 2018. O AMACAIS (PIL 6) é representado através de uma escala degradê de cores, uma vez que entende-se a associação como um desdobramento dos movimentos Ocupa Cais Mauá e Cais Mauá de Todos, surgidos em 2014 e 2015, respectivamente. Destaca-se Turba (PIL2) e Atua Poa (PIL7) como os mais recentes.

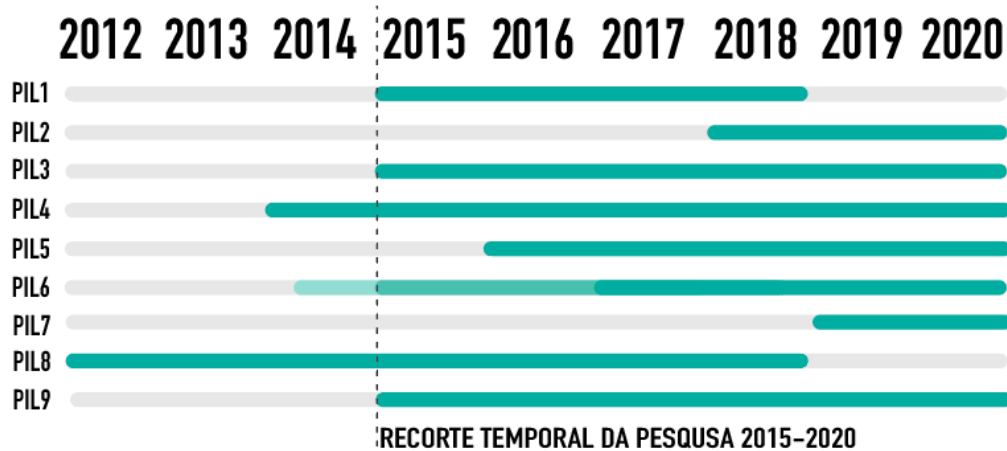


Gráfico 2 – Escala temporal do surgimento de desaparecimento de atores associados ao Planeamento Insurgente Local (PIL). Fonte: Elaboração própria.

Já a Tabela 3 apresenta os atores que se vinculam às práticas associadas ao Planeamento Insurgente, mas que atuam sob uma orientação política, ou apoio financeiro de nível nacional, ainda que na sua maioria os aportes financeiros sejam poucos. O mais relevante é a vinculação com um projeto nacional, seja os de ONGs, de movimentos sociais, ou, entidades. Nesse campo, existe uma forte vinculação com a luta pela moradia (MNLM, MLB, MTST), expressa através de ações via ocupações de imóveis vazios na cidade, realizadas por movimentos sociais.

O BRCidades se preocupa com a formação de uma agenda nacional a partir do conhecimento local. O IAB-RS promoveu, entre outras ações, a elaboração de Planos Populares em cinco das oito Regiões de Planeamento da cidade. O projeto atuou na formação de conselheiros, delegados e moradores para a discussão da revisão do plano diretor, mas sobretudo, para a valorização de espaços de participação institucionais abandonados por práticas de cooptação.

A Minha Porto Alegre faz parte do Nossas Cidades, uma ONG que tem atua no campo da política criando um espaço de tensão, interação e intermediação com o poder executivo e legislativo. Além do Minha Porto Alegre, o Nossas Cidades tem sede em outras nove cidades no Brasil. A sustentação financeira da rede se dá via *crowdfunding* e doações de empresas privadas.

No que diz respeito à temporalidade, percebe-se a presença de dois atores cuja fundação se deu bem antes de 2012 (o regressivo suficiente para explicitar o surgimento da maioria dos atores). MNLM surgiu na década de 1990, e o IAB-RS em 1948. Importante destacar que a temporalidade está aqui sendo marcada de acordo com as ações insurgentes realizadas pelos atores. No caso do MNLM, destaca-se a Ocupação 20 de Novembro, iniciada em 2009. Já o IAB apresenta uma relação gradual com o Planeamento Insurgente, a partir de 2014, quando passa a promover as Quartas no IAB e se vincula a movimentos sociais, como o Cais Mauá de Todos. Mas é a partir da gestão de 2019 que a característica fica mais evidente, marcada pela elaboração dos Planos Populares. Mais recentemente, em função da pandemia, outras ações estão em curso, como o ConectaLab (em parceria com o Translab.urb) e atuação junto ao Coletivo Urbanistas contra o Coronavírus.

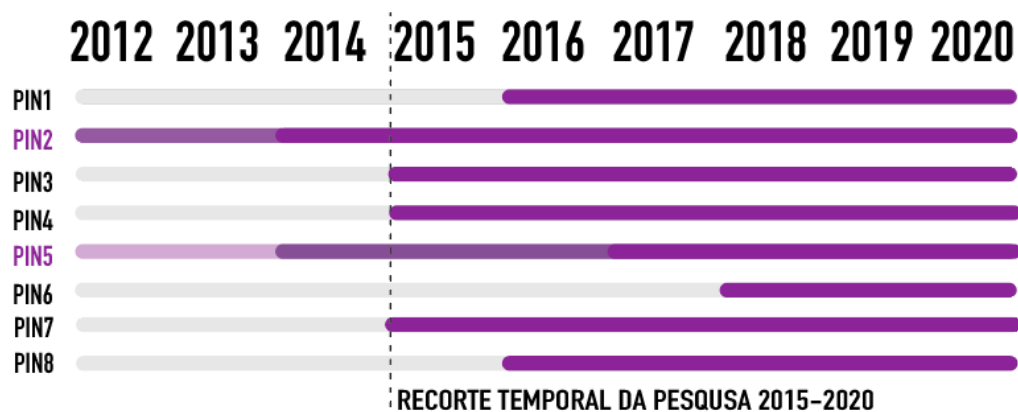


Gráfico 3 – Escala temporal do surgimento de desaparecimento de atores associados ao Planeamento Insurgente Nacional (PIN). Fonte: Elaboração própria.

ATORES		REGRA: PLANEJAMENTO INSURGENTE			
NÍVEL NACIONAL		PRODUTOS-FLUXOS			
NOME	IDENTIFICAÇÃO/ CATEGORIA	AÇÕES	OBJETIVOS	PRODUTOS - ACUMULAÇÕES	
1	Movimento de Mulheres Olga Benário - RS	Movimento social/ Mobilizada	Casa de Referência da Mulher - Ocupação Mirabal	Fortalecer mulheres para lutar contra a opressão e o machismo estrutural da sociedade capitalista e conquistar direitos.	Delegacias e Prefeitura encaminham mulheres em situação de violência doméstica para a Ocupação. Em tramite e disputa com a Prefeitura a ocupação de uma sede disponibilizada pela mesma.
2	MNLM - RS	Movimento social/ Mobilizada	Ocupação 20 de Novembro	Luta pela Moradia	Posse de imóvel da União e projeto de reforma via ATHIS com recursos do MCMV Entidades.
3	MLB - RS	Movimento social/ Mobilizada	Ocupação Lanceiros Negros	Luta pela Moradia	Ocupação de imóvel na área central, majoritariamente comercial. Foram despejados do imóvel do estado que encontra-se depois de anos, vazio.
4	MTST - PoA	Movimento social/ Mobilizada	Apoio à Vila Nazaré Ocupação Povo sem Medo - PoA	Luta pela Moradia	Enfrentamento contra a remoção de famílias para a ampliação da pista de aeroporto privatizado para companhia alemã FRAPORT
5	IAB-RS	Entidade de classe/Organizada	Planos Populares de Ação Regional Campanha para o CMDUA Quarta no IAB Participação em coletivos e apoio à movimentos sociais Promoção de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS)	Promover a valorização e a difusão da arquitetura e urbanismo e sua relação com a sociedade	Conquista de assento no Conselho do Plano Diretor Formação de delegados de 5 Regiões de Planejamento e elaboração de diagnóstico e propostas para cada uma, como estratégia de mobilização da sociedade para o debate de revisão do Plano Diretor (2020)
6	BR Cidades – Núcleo RS	Coletivo/Mobilizada	1º e 2º Fóruns Locais Atividade de Convergências do Fórum de Resistências	Criar uma agenda para as cidades brasileiras de forma a se tornarem locais mais justos e igualitários para se viver	Formulação de Agenda Urbana Nacional a partir dos eixos de gênero e lutas urbanas
7	Minha Porto Alegre	ONG/ Organizada	Sinleira Já PL dos Bicletários Merenda Orgânica Escola sem Mordança Isso é feminicídio Mapa do Acolhimento No caminho do bem	Construir um processo mais participativo na tomada de decisão sobre temas que envolvem a cidade.	Respostas do setor público seja no executivo ou no legislativo Conexão entre pessoas e geração de informação via mapeamento de moradores de rua e violência de gênero
8	Slam das Minas	Coletivo/ Mobilizada	Encontros mensais em praças, apresentações de poesias, slams	Proporcionar a troca de experiências entre mulheres poetas, recuperando e fomentando espaços coletivos	Valorização do espaço público, geração de uma consciência do lugar das mulheres na cidade e possibilidades de transformação desta condição

Tabela 3 – Planejamento Insurgente, escala Nacional (PIN). Fonte: Elaboração própria.

Legenda: 1) Ver mais em: https://web.facebook.com/MovimentoDeMulheresOlgaBenarioRS/?_rdc=1&_rdr 2) Movimento Nacional de Luta pela Moradia. Ver mais em: https://www.facebook.com/pg/MNLMRioGrandedoSul/about/?ref=page_internal 3) Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas. Ver mais em: https://web.facebook.com/MLB.RioGrandedoSul/?_rdc=1&_rdr 4) Movimento dos Trabalhadores sem Teto – RS. Ver mais em: <https://mtst.org/tag/porto-alegre/> 5) Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento Rio Grande do Sul.

Ver mais em: <http://www.iab-rs.org.br/> 6) Projeto BRCidades. Ver mais em: <https://www.brcidades.org/> 7) Ver mais em: <https://www.minhahortoalegre.org.br/>

4. Considerações Finais

O universo das novas geografias de governança encontradas em Porto Alegre expressa as dinâmicas urbanas contemporâneas por decorrência de políticas públicas neoliberais. De um lado, a desoneração do Estado por planejar e intervir na cidade; por outro, a resistência a um Estado voltado para o mercado e valor de troca da cidade.

Os atores que se relacionam com o Planejamento Dependente têm o caminho aberto para atuação e criação de novos projetos, contam com o apoio do Estado e da mídia convencional, tendo, assim, amplo alcance na sociedade. Não por acaso, são menos expressivos em quantidade, mas mais expressivos em termos de acumulações e transformações no espaço urbano. Já as práticas vinculadas ao Planejamento Insurgente têm uma escala de atuação mais local, comunitária e efetiva para o pequeno grupo que atinge.

Seja qual for a regra a que se vincula, é possível destacar a terceirização por parte da Prefeitura na elaboração, criação e implementação de projetos hegemônicos para a cidade, ainda que com dinheiro público, como o fundo para inovação. O Estado, mesmo que abandonando as práticas de Planejamento Urbano Tradicional, não deixa de ter um projeto de cidade. Destaca-se a questão da mobilidade como priorizada pelo poder público por ser de vital importância para emplacar projetos hegemônicos. O projeto de cidade, no entanto, é elaborado não mais por técnicos capacitados e explicitado em um instrumento clássico de planejamento como o Plano Diretor, mas por diferentes setores da sociedade vinculados ao ideário do Planejamento Dependente. Os produtos, na sua maioria, não se vinculam ao Plano Diretor; são representados por planos/projetos independentes. Alguns propõem mudanças no Plano Diretor, de modo a se viabilizar.

Cabe aos atores vinculados ao Planejamento Insurgente pressionar o Estado para o mínimo de justiça e igualdade na cidade, valorizando o seu valor de uso, a cidade como um lugar para viver. A pressão acontece de forma mais concreta através de ocupações que tencionam a possibilidade do uso social da propriedade privada. A elaboração de Planos Populares de Ação Regional (PPAR) mobiliza comunidades em torno de uma visão de futuro e possibilidades de disputa. Ao fim, as lideranças comunitárias têm um documento em mãos para dialogar com o Estado, trata-se de um contraplanejamento.

Há também os produtos-acumulações vinculados à criação de espaços de fala, escuta, tensionamento e acolhimento em relação à ausência-presença do Estado, como a Ocupação Olga Benário, a Ksa Rosa, os PPARs e Atua Poa. Outras formas de ação criam acumulações que se tornarão concretas no longo prazo. Estas se baseiam no uso do espaço público para a promoção de debates e festas de cunho político. Estes encontros promovem a desalienação e criam uma massa crítica em torno de temas da vida cotidiana na cidade.

Destacam-se as ações vinculadas a cidades inclusivas para mulheres, apresentadas por pelo menos quatro atores aqui apresentados: Ocupação Mirabal, Turba, Minha Porto Alegre, BRCidades. Por fim, importante lembrar a presença de pelo menos sete comunidades quilombolas que resistem nos seus locais de moradia e pressionam o Estado pelo seu reconhecimento e titulação.

Se planejar significa sonhar e criar possibilidades para o futuro, a partir de um recorte temporal de pesquisa de curto prazo é possível identificar que a maioria dos atores promovem produtos-acumulações com

interferências no curso do planejamento da cidade. A concretude de um planejamento insurgente consiste na criação de espaços contra-hegemônicos, que atuam de forma a pressionar o Estado por transformações, ou pelo simples cumprimento de Leis que valorizem o valor-de-uso da cidade, ao invés do valor-de-troca. A atuação dos coletivos, entidades, movimentos sociais aqui demonstrada aponta para a criação de diversos espaços na busca da concretização do direito à cidade.

5. Referências

- ARNSTEIN, S. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*, v.35, julho, p.216-24.
- BRENNER, N. SCHMID, C. (2015). Towards a new epistemology of the urban? *City*,19(2-3), 151-182.
- BRENNER, N. (2018). Espaços da urbanização: o urbanismo a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles;
- BRENNER, N., MADDEN, D. J. e WACHSMUTH, D (2011). Assemblages, Actor–Networks, and the Challenges of Critical Urban Theory. Em BRENNER, N., MARCUSE, P. e MAYER, M. (Eds.), *Cities for People, Not for Profit: Critical Urban Theory and the Right to the City* (117-137). Nova York: Routledge.
- BRINDLEY, T., RYDIN, Y. e STOKER, G. (2004). *Remaking planning: the politics of urban change*. Nova York: Routledge.
- DAVIDOFF, P (2016). Advocacy and Pluralism in Planning. Em FAINSTEIN, S. S., DEFILIPPIS, J. *Readings in planning theory* (427-442). Oxford: Wiley-Blackwell.
- FERREIRA, J. S. W. (2010). Cidades para poucos ou para todos? Impasses da democratização das cidades no Brasil e os riscos de um “urbanismo às avessas”. Em OLIVEIRA, F., BRAGA R., RIZEK, C. (Ors.), *Hegemonia às avessas* (185-213). São Paulo: Boitempo.
- FLORIDA, R. (2005). *Cities and the Creative Class*. Nova York: Routledge.
- FRANCO, H. (1996). *O método PES: Entrevista com Matus*. São Paulo: Fundap.
- HARVEY, D. (2006). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume Editora.
- HEALEY, P. (1997). *The Collaborative Planning. Shaping Places in fragmented societies*. Londres: Palgrave.
- HOLSTON, J. (1999). *Insurgent Citizenship. Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil*. Princeton: Princeton University Press.
- INGALLINA, P. (2001) *Le projet urbain*. Paris: PUF.
- JACOBS, J. (2007). *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes.
- KOTLER, P., HAIDER, D. H. e REIN, I. (1994). *Marketing Público: Como atrair investimentos, empresas e turismo para as cidades, regiões, estados e países*. São Paulo: Makron Books.
- LAUNDRY, C. (2013). *Origens e futuros da cidade criativa*. São Paulo: SESI-SP Editora.
- LEFEBVRE, H. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora. (Obra original publicada em 1968).

LOGAN, J. R., MOLOTCH, H. L. (1993). *The City as a Growth Machine*. Em FAINSTEIN, S. S.; CAMPBELL, S. *Readings in Urban Theory* (293-337). Oxford: Blackwells.

MATUS, C. (1993). *Política, planeamento e governo*. Brasília: Ipea, 1993, v.2. — (2005). *Teoria do Jogo Social*. São Paulo: Fundap.

MIRAFETAB, F. (2016). *Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South*. Em FAINSTEIN, S. S., DEFILIPPIS, J. *Readings in planning theory* (480-498). Oxford: Wiley-Blackwell.

NOVAIS, P. (2010). *Uma estratégia chamada planeamento estratégico. Deslocamentos espaciais e a atribuição de sentidos na teoria do planeamento urbano*. Rio de Janeiro: 7Letras.

ROVATI, J. F. (2013). *Urbanismo versus Planeamento Urbano?*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 15(1), 33-58.

SANDERCOCK, L. (2013). *Cosmopolis II: Mongrel Cities in the 21st century*. Londres e Nova York: Boomsbury Academic.

SCHUMPETER, J. A. (2003). *Capitalism, Socialism and Democracy*. Londres e Nova York: Routledge, Taylor & Francis e-library.

SOUZA, M. L. (2010). *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planeamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

TOWNSEND, A. M. (2013). *Smart Cities: Big Data, Civic Hackers, and the Quest for a New Utopia*. New York: W. W. Norton Inc.